



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **058621-6/01**
EMBARGANTE(S): **CENTRO COMERCIAL DAS AVES LTDA**
EMBARGADO(S): **FERNANDO ANTÔNIO DE ANDRADE PINTO**
LISBOA
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCONFORMISMO COM O MÉRITO DA DECISÃO EMBARGADA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

- O Acórdão ora vergastado não se encontra elivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que inexistente obrigação para que o magistrado analise todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já têm força suficiente para formar o seu convencimento.
- Na verdade, o que o embargante pretende é a rediscussão da matéria meritória já decidida no teor da decisão embargada, o que é vedado em sede de Embargos de Declaração.
- Não merecem prosperar estas alegações, posto que o tema foi tratado expressamente no acórdão embargado.
- Não há que se falar, pois, em prequestionamento, o que só se afigura possível se acolhidos os Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC.
- Embargos rejeitados. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **058621-6/01**, em que figura como Embargante CENTRO COMERCIAL DAS AVES LTDA e como Embargado FERNANDO ANTÔNIO DE ANDRADE PINTO LISBOA, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29.05.2014


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **058621-6/01**
EMBARGANTE(S): **CENTRO COMERCIAL DAS AVES LTDA**
EMBARGADO(S): **FERNANDO ANTÔNIO DE ANDRADE PINTO**
LISBOA
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

CENTRO COMERCIAL DAS AVES LTDA ingressou com os presentes Aclaratórios em face de Acórdão prolatado por esta Câmara nos autos do Recurso de Agravo nº 058621-6/01, que manteve a decisão terminativa que havia negado seguimento à Apelação Cível.

Nas suas razões de recurso, a empresa embargante alegou que a decisão embargada apresenta omissões em não apontar o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria discutida no recurso. Requereu ainda a reforma da decisão no pertinente à condenação fixada por de litigância de má-fé.

Este recurso teve, ainda, a finalidade do prequestionamento da matéria.

É o relatório.

Recife, 29.05.2014.


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

76
R

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **058621-6/01**
EMBARGANTE(S): **CENTRO COMERCIAL DAS AVES LTDA**
EMBARGADO(S): **FERNANDO ANTÔNIO DE ANDRADE PINTO**
LISBOA
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

O Acórdão objeto do presente Recurso Integrativo, e que julgou o Recurso de Agravo, não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos, posto que se trata, na verdade, de um inconformismo com o teor da decisão ora embargada.

A matéria arguida em sede do Recurso de Agravo foi devidamente enfrentada, não havendo que se falar em omissões.

Nos casos em que o Embargante pretende rediscutir a matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, não merecem prosperar os Embargos de Declaração.

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo as decisões abaixo colacionadas do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM FACE DE OMISSÃO QUANTO AO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL.

ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECEU A NULIDADE DE CITAÇÃO EM FACE DA PROVA DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, nos ditames do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.

2. Na espécie, o acórdão embargado foi claro ao consignar que a alegação de que o acórdão a quo é nulo, porquanto supostamente omisso quanto à aplicação do princípio da causalidade por ocasião de juízo de sucumbência, não foi ventilada no apelo especial, configurando indevida inovação recursal em agravo regimental, insuscetível de conhecimento. O Colegiado também registrou que o reexame das premissas fáticas consideradas pelo acórdão recorrido para reconhecer a nulidade da citação, porquanto recebida por pessoa que não guarda relação com a empresa devedora, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

3. A insurgência do embargante não diz respeito a eventual vício de integração do acórdão impugnado, mas à interpretação que lhe foi desfavorável, motivação essa que não se enquadra nas hipóteses de cabimento dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 49.147/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 19/10/2012) (grifos acrescidos)

Destaca-se que a decisão embargada tratou do tema abordado no recurso de agravo em sua total profundidade e extensão, conforme trecho abaixo reproduzido:

6- Considerando os precedentes do STJ quanto à matéria em comento, afigura-se cabível o julgamento monocrático, nos moldes do Art. 557, do CPC, razão por que há de ser negado provimento ao presente recurso de agravo.

É possível se verificar que tanto a decisão terminativa atacada via recurso de agravo, quanto o voto que originou o Acórdão embargado estão amparadas em farta jurisprudência do STJ sobre a matéria, não havendo que se falar nas omissões apontadas.

No que diz respeito ao pedido de afastamento da aplicação da pena de indenização de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa a título de litigância de má-fé, não merece ser analisado, tendo em vista que significa a pretensão de um novo julgamento para a causa, não estando inserido nos vícios necessários para a análise dos embargos de declaração, a saber, omissão, contradição e obscuridade.

Por outro lado, não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC. Nesse sentido, colaciono abaixo o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO QUANTO À PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. OMISSÃO QUANTO À ALEGAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DOS JUROS DE MORA NO CURSO DA LIDE. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO, À MINGUA DA EXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Necessidade de esclarecimento somente quanto à controvérsia referente à preclusão.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que os embargos declaratórios, mesmo quando opostos com o intuito



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, não podem ser acolhidos quando inexistirem os vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil.

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgRg no REsp 1158850/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2013, DJe 31/05/2013) (grifos acrescentados)

Nesta toada, verifica-se mero inconformismo da embargante, que pretende de fato o rejugamento do mérito recursal, o que é vedado pela via estreita dos embargos de declaração, face à sua natureza integrativa.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela REJEIÇÃO os presentes Embargos Declaratórios, e pela manutenção, em todos os termos, do Acórdão prolatado no Recurso de Agravo de nº 0058621-6/01.

É como voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 29.03.2014.

Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
- Relator -